

CNPJ Nº 78.876.950/0001-71
Companhia Aberta de Capital Autorizado
NIRE nº 42300020401
Código CVM 01476-1

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE
26/04/2011**

Prezados Senhores:

O Conselho de Administração da Cia. Hering ("Companhia"), vem submeter, para exame e deliberação, a seguinte proposta:

Assembléia Geral Ordinária

- (i) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e demais documentos, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.
- (ii) Aprovação do orçamento de capital e capital de giro da companhia para o exercício de 2011.
- (iii) Aprovação da destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2010, no montante de R\$ 212.016.705,82 (duzentos e doze milhões, dezesseis mil, setecentos e cinco reais e oitenta e dois centavo) e do saldo existente na conta Lucros Acumulados, no montante de R\$ 30.345.675,15 (trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quinze centavos), da seguinte forma:
 - a) R\$ 10.600.835,29 (dez milhões, seiscentos mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos), para a constituição de reserva legal;
 - b) R\$ 31.367.974,75 (trinta e um milhões, trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), para a Reserva de Lucros de Subvenção para Investimentos;
 - c) R\$ 56.410.320,71 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e vinte reais e setenta e um centavos), relativos a juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme deliberação do Conselho de Administração nas reuniões ocorridas em 28/07/2010 e 16/12/2010, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária, os quais já foram pagos e, R\$ 26.035.532,64 (vinte e seis milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), correspondente à R\$ 0,16 por ação, à título de dividendos a pagar; e
 - d) R\$ 117.947.717,58 (cento e dezessete milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e dezesse reais e cinquenta e oito centavos), a título de retenção de lucros para fazer frente aos investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital e capital de giro para o exercício de 2011;
- (iv) A eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2013.
- (v) Fixar a remuneração global anual para o exercício de 2011, em até R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais), para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Consultivo da Companhia.

Assembléia Geral Extraordinária

- (i) Tendo em vista o adimplemento pela Companhia, das condições para usufruir os benefícios fiscais concedidos nos exercícios anteriores, propomos realocar recursos no montante total de R\$ 55.662.749,11

(cinquenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e onze centavos), sendo R\$ 16.624.120,41 (dezesseis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e vinte reais e quarenta e um centavos), relativo ao exercício de 2008 e R\$ 39.038.628,70 (trinta e nove milhões, trinta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta centavos), relativo ao exercício de 2009, oriundos de subvenções para investimentos e contabilizados na reserva de retenção de lucros, conforme Assembléias Gerais Ordinárias da Companhia, realizadas em 28/04/2009 e 15/04/2010, respectivamente, à rubrica "Reserva de Lucros de Subvenção para Investimentos", com a finalidade de retenção de lucros para atendimento das disposições legais que autorizam o gozo dos benefícios fiscais das subvenções para investimentos.

Observação: Anexo as informações exigidas pelas Instruções CVM n°s 480 e 481/09, em atendimento ao edital de convocação da assembléia geral ordinária e extraordinária.

Blumenau, 25 de março de 2011.

Conselho de Administração

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (Item 10 – IN 480/09)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 528,2 milhões. Na mesma data, a Companhia tinha um caixa positivo de R\$ 61,9 milhões..

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A diretoria acredita que, mantidas: (i) as atuais condições econômicas e (ii) a implementação com sucesso da atual estratégia da empresa, a expectativa de geração de caixa operacional bem como os recursos gerados por suas captações serão suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2011 serão: a retenção de lucros do exercício de 2010, conforme descrito no orçamento de capital para o exercício e a destinação do lucro do exercício de 2010, bem como as disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas com as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo que em 31/12/2010 representavam R\$114,5 milhões e R\$ 0,4 milhões, respectivamente.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$53,9 milhões, sendo que R\$27,8 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 26,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	2010
Capital de giro	20.116
BNDES PSI (a)	14.202
BNDES (a)	15.258
FNE	1.258
FCO	3.067
	<hr/>
	53.901

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A companhia firmou em 27 de novembro de 2007, convênio para Emissão de Cartão de Crédito Co-branded, com a Losango Promoções de Vendas Ltda. e HSBC Bank Brasil SA., em caráter de exclusividade. Este convênio prevê a emissão do Cartão e sua oferta e disponibilização no âmbito da Rede de Lojas Hering Store, com prazo de 10 (dez) anos, a partir de sua assinatura.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: com garantias pessoais (aval/ fiança)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2010, do total de R\$ 53,9 milhões de endividamento, R\$ 3,1 milhões são classificados como privilegiados, R\$ 16,5 milhões referem-se a contratos privilegiados e quirografários, e R\$ 34,3 não possuem garantias pessoais nem reais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

a) O contrato de financiamento com o BNDES prevê a possibilidade de o BNDES declarar vencido o contrato nas seguintes hipóteses:

Nos termos dos artigos 39 e 40 das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES;

Em caso de falsidade da declaração a que alude o artigo 1º, §1º, alínea 'c', do Decreto nº 99.476, de 24.08.90;

Em caso de inclusão em acordo societário, estatuto, ou contrato social da Companhia, ou das empresas que controlem de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

Em caso de redução do quadro de pessoal da Companhia sem atendimento à exigência de oferecimento de programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

O contrato prevê ainda a obrigação de, durante a vigência do contrato, manter a relação máxima de 1,5 entre o total das dívidas financeiras/patrimônio líquido, calculada à partir das demonstrações financeiras consolidadas ao final de cada exercício.

b) A Companhia também possui contratos financeiros que requerem a manutenção de índices financeiros (covenants), verificados trimestralmente, a saber:

a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses não poderá ser superior a 2,5 (dois vírgula cinco);

a relação entre o EBITDA e a Despesa Financeira Líquida não poderá ser inferior a 2,0 (dois); e

relação máxima de 1,5 (um vírgula cinco) entre o total das dívidas financeiras/patrimônio líquido, calculada a partir das demonstrações financeiras consolidadas ao final de cada exercício.

*Para fins do item b, considera-se:

“EBITDA dos últimos 12 (doze) meses” o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres;

“EBITDA” o somatório: do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, das despesas de depreciação e amortização, das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e do resultado não operacional ocorrido no mesmo período;

“Dívida Líquida” o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo, mas não limitado, a empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de hedge (“Dívida Bruta”), e deduzido do saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata; e

“Despesa Financeira Líquida” definida como (i) o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundas de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, o IOF, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil;

“Patrimônio Líquido” é formado pelo grupo de contas que registra o valor contábil pertencente aos acionistas ou quotistas.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A empresa possui um total de R\$ 10,9 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do FCO e BNB, dos quais R\$ 5,2 milhões correspondem a valores já desembolsados. Há uma disponibilidade adicional da ordem de R\$ 5,7 milhões no ano de 2011, condicionada à comprovação dos investimentos descritos nos respectivos contratos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS na sigla em inglês), que estão previstas no CPC-37.

A Companhia estabeleceu 1º de janeiro de 2009 como “data de transição” para a adoção das novas práticas contábeis, emitidas em 2009 e cuja adoção mandatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis emitidas pelo CPC.

Considerando as alterações das práticas contábeis citadas acima, os balanços patrimoniais apresentados estão em conformidade com o IFRS sendo 01/01/2009 (data de transição), 2009 e 2010. As demonstrações de resultado apresentadas de 2009 e 2010 estão em conformidade com o IFRS e 2008 de acordo com as práticas contábeis anteriores.

Descrição das principais contas da demonstração de resultados:

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas é calculada como o resultado da receita bruta de vendas após descontadas as deduções de vendas.

A receita bruta de vendas no mercado interno é composta de vendas dos produtos das marcas “Hering”, “Hering Kids”, “PUC”, “dzarm.”, outras vendas e de *royalties* pelo uso das marcas. No mercado externo, a receita é proveniente de vendas de produtos de marcas próprias para franquias e clientes multimarcas. As receitas brutas são contabilizadas pelo regime de competência, no momento em que são transferidos os riscos e benefícios das mercadorias ao comprador, ou no caso das lojas próprias no momento em que a mercadoria é vendida ao consumidor, excluídas as devoluções de produtos.

As deduções de vendas incluem tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e abatimentos.

Tributos sobre vendas: as vendas no mercado interno são tributadas pelo ICMS, PIS e Cofins. Todos esses tributos estão refletidos na linha de “Deduções de Vendas” das demonstrações financeiras. Não há incidência desses tributos sobre as vendas realizadas ao mercado externo.

Abatimentos: consistem em eventuais descontos nos preços de produtos em função de negociações comerciais com clientes, lojas franqueadas e Lojas Multimarcas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos compreende, em ordem de relevância, as despesas com mão-de-obra direta e indireta (i.e., serviços de terceiros), matérias-primas, insumos, custos com produção, como energia elétrica e gás combustível, produtos adquiridos de terceiros e depreciação. A representatividade desses custos, em relação ao total do custo dos produtos vendidos em 2010, foi: custos com pessoal 20,5%, custos com matérias-primas 22,9%, custos com serviços de terceiros 19,8%, custos com insumos 7,6%, custos com energia elétrica e gás combustível 2,5%,

custos com produtos de terceiros, adquiridos de acordo com a política de *make or buy* 23,6%, depreciação 2,4% e outros custos 0,6%.

Margem Bruta

A margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo dos produtos vendidos, expressa como porcentagem da receita líquida de vendas.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são divididas em variáveis e fixas. As despesas variáveis consistem, principalmente, em fretes, comissões sobre vendas e provisão para devedores duvidosos, e variam de acordo com o volume de vendas. As despesas fixas consistem em despesas com os colaboradores das lojas próprias e centros de produção e de distribuição, publicidade e propaganda, pesquisa e desenvolvimento de produtos, despesas de viagem dos colaboradores da área comercial, despesas de gestão de lojas próprias, tais como aluguéis e encargos locatícios, e manutenção de equipamentos, cujas variações não estão diretamente relacionadas com o volume de vendas. Em 2010, as despesas variáveis e fixas com vendas representaram, conjuntamente, 16,8% da receita líquida de vendas.

Remuneração de Administradores

Os principais componentes da remuneração de administradores são a remuneração e gratificações pagas aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Consultivo e respectivos encargos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas incluem todas as despesas relacionadas à administração, excluindo a remuneração de administradores mencionada acima, principalmente salários e encargos sociais dos colaboradores das áreas de recursos humanos, tecnologia, controladoria, financeiro e jurídico, e também gastos recorrentes com assistência técnica profissional terceirizada, como advogados, auditores e consultores. Tais despesas variam principalmente de acordo com o número de funcionários, política salarial, acordos coletivos de trabalho e preços praticados pelos profissionais terceirizados.

Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização dizem respeito à depreciação e amortização dos bens, instalações e equipamentos, e são calculadas com base na vida útil estimada desses bens, instalações e equipamentos.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras (despesas) receitas operacionais incluem principalmente itens não-recorrentes, atípicos e não relacionados à atividade principal da Companhia. São consideradas (despesas) receitas não-recorrentes ganhos (perdas) de ações judiciais, despesas correspondentes com advogados e venda ou a baixa de bens do ativo imobilizado, deduzidos os custos de aquisição desses bens.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de despesas e receitas financeiras líquidas, o que inclui basicamente encargos sobre empréstimos tomados pela Companhia, encargos sobre obrigações e parcelamentos fiscais, IOF, receitas financeiras sobre investimentos financeiros, variação cambial ativa e passiva e ganhos e perdas com instrumentos financeiros que são reconhecidos no resultado. As despesas e receitas financeiras, bem como as despesas e receitas atreladas à variação cambial, são reconhecidas no resultado quando do efetivo rendimento do ativo ou incidência do encargo ou ocorrência de variação cambial, de acordo com o regime de competência.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício consiste do lucro após a tributação pelo imposto de renda e contribuição social e exclusão do resultado da participação dos minoritários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Enquadramo-nos na tributação sobre o lucro Real e é recolhido o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente até 34% do resultado tributável.

Descrição do EBITDA

A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida do desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido antes de juros, impostos sobre a renda e contribuições sociais, depreciação e amortização e exclui receitas e despesas não recorrentes.

Demonstrativo de Resultados – DRE 2009 x 2010

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	31/12/09	AV %	31/12/10	AV %	Variação 2009 - 2010	%
Receita operacional líquida	720.948	100,0%	1.013.486	100,0%	292.538	40,6%
Custo dos produtos vendidos	(380.092)	-52,7%	(511.554)	-50,5%	(131.462)	34,6%
Lucro bruto	340.856	47,3%	501.932	49,5%	161.076	47,3%
Receitas (despesas) operacionais	(206.019)	-28,6%	(248.563)	-24,5%	(42.544)	20,7%
Vendas	(142.013)	-19,7%	(170.098)	-16,8%	(28.085)	19,8%
Administrativas e gerais	(24.171)	-3,4%	(26.855)	-2,6%	(2.684)	11,1%
Honorários da administração	(4.914)	-0,7%	(6.096)	-0,6%	(1.182)	24,1%
Depreciação e amortização	(9.563)	-1,3%	(12.106)	-1,2%	(2.543)	26,6%
Participação nos resultados	(17.874)	-2,5%	(23.364)	-2,3%	(5.490)	30,7%
Outras despesas operacionais líquidas	(7.484)	-1,0%	(10.044)	-1,0%	(2.560)	34,2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	134.837	18,7%	253.369	25,0%	118.532	87,9%
Receitas financeiras	65.217	9,0%	38.236	3,8%	(26.981)	-41,4%
Despesas financeiras	(38.776)	-5,4%	(28.125)	-2,8%	10.651	-27,5%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.842	3,4%	(13)	0,0%	(24.855)	-100,1%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	186.120	25,8%	263.467	26,0%	77.347	41,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22.584)	-3,1%	(49.332)	-4,9%	(26.748)	118,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.007)	-3,6%	(2.122)	-0,2%	23.885	-91,8%
Lucro líquido do exercício	137.529	19,1%	212.013	20,9%	74.484	54,2%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	137.530	19,1%	212.017	20,9%	74.487	54,2%
Não controladores	(1)	0,0%	(4)	0,0%	(3)	300,0%

Receita de Vendas por marca e canal

A receita líquida de vendas aumentou 40,6%, ou R\$ 292,5 milhões, passando de R\$ 720,9 milhões em 2009 para R\$ 1.013,5 milhões em 2010.

A receita bruta de vendas aumentou 40,8%, ou R\$ 358,2 milhões, passando de R\$ 876,9 milhões em 2009 para R\$ 1.235,1 milhões em 2010, com crescimento de vendas de dois dígitos em todas as marcas.

O aumento da receita bruta de vendas deveu-se, sobretudo ao aumento da receita bruta de vendas ao mercado interno da marca “Hering” em 44,2% ou R\$ 288,5 milhões, conforme abaixo explicado:

Receitas por marca (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2009	AV %	2010	AV %	Variação 2009 - 2010	%
Receita Bruta Total	876.951	100%	1.235.121	100%	358.170	40,8%
Mercado Interno	861.568	98,2%	1.213.951	98,3%	352.383	40,9%
Mercado Externo	15.383	1,8%	21.170	1,7%	5.787	37,6%
Receita Bruta Mercado Interno	861.568	98,2%	1.213.951	98,3%	352.383	40,9%
Hering	652.601	74,4%	941.080	76,2%	288.479	44,2%
Varejo	271.252	30,9%	382.140	30,9%	110.888	40,9%
Franquias	246.306	28,1%	380.339	30,8%	134.033	54,4%
Webstore	2.060	0,2%	4.301	0,3%	2.242	108,8%
Lojas Próprias	132.983	15,2%	174.299	14,1%	41.316	31,1%
Hering Kids	58.373	6,7%	82.199	6,7%	23.826	40,8%
Varejo	49.184	5,6%	70.468	5,7%	21.285	43,3%
Franquias (Hering Store)	9.039	1,0%	11.102	0,9%	2.063	22,8%
Webstore	151	0,0%	393	0,0%	242	160,9%
Lojas Próprias	0	0,0%	235	0,0%	235	N.D
PUC	78.354	8,9%	98.776	8,0%	20.422	26,1%
Varejo	51.437	5,9%	61.698	5,0%	10.261	19,9%
Franquias	23.514	2,7%	30.657	2,5%	7.142	30,4%
Webstore	41	0,0%	449	0,0%	408	994,4%
Lojas Próprias	3.362	0,4%	5.973	0,5%	2.611	77,7%
dzarm.	54.241	6,2%	68.932	5,6%	14.691	27,1%
Varejo	54.241	6,2%	68.501	5,5%	14.260	26,3%
Franquias	0	0,0%	-	0,0%	0	N.D
Webstore	0	0,0%	292	0,0%	292	N.D
Lojas Próprias	0	0,0%	139	0,0%	139	N.D
Outras	17.999	2,1%	22.964	1,9%	4.965	27,6%

Mercado Interno

No ano de 2010 as quatro marcas da Cia. Hering apresentaram crescimento em vendas de dois dígitos, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 76,2% das vendas totais da Empresa.

Marca “Hering”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering” de 44,2%, ou R\$ 288,5 milhões, passando de R\$ 652,6 milhões em 2009 para R\$ 941,1 milhões em 2010. O crescimento expressivo apresentado pela marca em 2010 é resultado da conjugação dos seguintes fatores:

Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo x benefício;

Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;

Expansão da rede de distribuição – com a abertura de 71 lojas Hering Store (próprias e franqueadas), 10 acima da meta revisada para 2010, a marca ampliou sua atuação no mercado brasileiro. A expansão também aumentou a visibilidade e contribuiu para a expansão do varejo multimarcas, com o incremento do número de clientes neste canal de distribuição.

Campanhas de marketing – a campanha com o conceito “Eu sou, eu uso Hering desde sempre” teve continuidade ao longo do ano, com a participação de celebridades que se identificam com a Hering, reforçando a identidade da marca a partir dos atributos: moda, jovem e acessível.

Marca “Hering Kids”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering Kids” de 40,8%, ou R\$ 23,8 milhões, passando de R\$ 58,4 milhões em 2009 para R\$ 82,2 milhões em 2010. Em 2010 o crescimento ocorreu em linha com a nova estratégia definida para a marca Hering Kids, com foco em ajustes no sortimento de produtos e faixas de preço, suportados por investimentos em campanhas de marketing que reforçam o novo posicionamento. Entre os fatores que contribuíram para esse desempenho destacam-se os primeiros resultados do novo posicionamento, com o lançamento da coleção Alto Verão, no 4T10. Além disso, em 2010 foram inauguradas duas lojas próprias piloto Hering Kids, na cidade de São Paulo. Para o 1S11, está prevista a inauguração de mais duas lojas.

Marca “PUC”: aumento da receita bruta de vendas da marca “PUC” de 26,1%, ou R\$ 20,4 milhões, passando de R\$ 78,3 milhões em 2009 para R\$ 98,8 milhões em 2010. Em 2010, as lojas PUC foram responsáveis por 37,1% das vendas da marca, com destaque para o ‘same store sales’ da rede, que cresceu 13,4% em comparação a 2009. No resultado do ano, a expansão no número de clientes do varejo multimarcas bem como o aumento do volume de vendas para os mesmos clientes colaboraram para o crescimento de 19,9% das vendas deste canal em 2010.

Marca “dzarm.”: aumento da receita bruta de vendas da marca “dzarm” de 27,1%, ou R\$ 14,7 milhões, passando de R\$ 54,2 milhões em 2009 para R\$ 68,9 milhões em 2010, reflexo dos resultados da estratégia iniciada em agosto de 2009. No 4T10, também foi inaugurada a primeira loja flagship dzarm., com o objetivo de reforçar o posicionamento e reintroduzir a marca em shoppings centers.

Outros: outras receitas cresceu 27,6%, ou R\$ 4,9 milhões, passando de R\$ 18 milhões em 2009 para R\$ 22,9 milhões em 2010, principalmente em função do aumento da receita de royalties e revenda de saldos de mercadorias.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 1,7% em 2010, comparada com 1,8% em 2009. A receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais aumentou em 37,6%, ou R\$ 5,8 milhões, passando de R\$ 15,4 milhões em 2009 para R\$ 21,1 milhões em 2010.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina.

A distribuição é feita pela rede de 15 lojas franqueadas (localizadas no Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela) e pelos clientes de varejo multimarcas presentes em diversos países latinoamericanos.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos cresceu 34,6%, ou R\$ 131,5 milhões, passando de R\$ 380,1 milhões em 2009, para R\$ 511,5 milhões em 2010, devido principalmente, ao reflexo do aumento da receita bruta de vendas.

O lucro bruto aumentou 47,3%, ou R\$ 161,1 milhões, passando de R\$ 340,9 milhões em 2009 para R\$ 501,9 milhões em 2010, principalmente em função de diluição dos custos fixos da melhoria no mix de produtos, do aumento nos incentivos fiscais da recuperação de margem nos artigos importados.

Conseqüentemente, a margem bruta aumentou 2,2 pontos percentuais, passando de 47,3% em 2009 para 49,5% em 2010.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 20,7 %, ou R\$ 42,5 milhões, passando de R\$ 206 milhões em 2009 para R\$ 248,1 milhões em 2010, devido aos fatores explicados abaixo:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 19,8%, ou R\$ 28,1 milhões, passando de R\$ 142 milhões em 2009 para R\$ 170,1 milhões em 2010, em função (i) do aumento de 18,4%, ou R\$ 9,7 milhão, das despesas variáveis de venda, devido ao aumento da receita bruta de vendas e respectivo pagamento de comissões, fretes e outras despesas relacionadas às vendas, e (ii) do aumento geral das despesas fixas de venda de 20,6% ou R\$ 18,3 milhões, especialmente (a) despesas com alugueis que aumentaram em 17,7%, ou R\$ 2,3 milhões, devido ao aumento do número de lojas próprias e aumento de faturamento impactando no aluguel percentual; (b) despesas com marketing, que aumentaram em 28,8%, ou R\$ 3,3 milhões, devido ao aumento de divulgações em mídia, (c) despesas com salários e encargos que aumentaram 30,9% ou R\$ 8,3 milhões, devido aumento do número de funcionários da retaguarda de vendas e das lojas próprias.

Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 11,1%, ou R\$ 2,7 milhões, passando de R\$ 24,1 milhões em 2009 para R\$ 26,8 milhões em 2010. Essa variação é decorrente principalmente da manutenção de gastos e aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria.

Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 24,1%, ou R\$ 1,2 milhões, de R\$ 4,9 milhões em 2009 para R\$ 6,1 milhões em 2010, devido a o alinhamento da remuneração dos executivos e o pagamento de bônus.

Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 26,6%, ou R\$ 2,5 milhões, passando de R\$ 9,5 milhões em 2009 para R\$ 12,6 milhões em 2010. Esse aumento foi principalmente devido ao aumento dos investimentos em instalações e máquinas e em lojas próprias.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Aumento no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em R\$ 2,6 milhões, passando de R\$ 7,5 milhões em 2009 para R\$ 10,1 milhões em 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pela constituição de provisão para perda intangíveis de R\$ 1,7 milhões e despesas com projeto museu Hering de R\$ 1,3 milhões.

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro positivo de R\$ 10,1 milhões em 2010, comparado ao um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 51,3 milhões em 2009. A redução do resultado financeiro em R\$ 41,1 milhões ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores (i) ganho com instrumentos financeiros derivativos de R\$ 24,8 milhões em 2009; (ii) receitas financeiras por redução da dívida tributária REFIS no montante de R\$ 23,7 em 2009; (iii) aumento de ajuste a valor presente líquido de R\$ 7,3 em 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes apresentaram um aumento de 118,4% em 2010, ou R\$ 26,7 milhões, passando de R\$ 22,6 milhões em 2009 para R\$ 49,3 milhões em 2010. Esse aumento da despesa de imposto de renda se deu principalmente devido ao aumento do lucro antes dos impostos de 41,6%, e redução da base de cálculo negativa e prejuízos fiscais, cujo montante utilizado para compensação com impostos correntes em 2009 foi de R\$ 23,1 milhões e em 2010 R\$ 4,2 milhões.

Também, no ano-calendário de 2010, a Companhia obteve a certeza de que os benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, poderiam ser caracterizados como subvenção para investimentos, e efetuou o registro contábil. Esse montante registrado como subvenção para investimento foi excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, resultando em uma redução de R\$ 28,6 milhões nos impostos correntes.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 2010 apresentaram redução de 91,8% ou R\$ 23,8 milhões, passando de R\$ 26 milhões em 2009 para R\$ 2,1 milhões em 2010, essa variação deveu-se a: (i) R\$ 13,4 milhões relativos ao Refis registrados como despesa em 2009, (ii) R\$ 5,5 milhões referentes à movimentação das receitas e despesas temporárias; (iii) R\$ 4,3 milhões referentes à movimentação de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas; e (iii) R\$ 0,6 milhões relativos à outros.

Lucro Líquido

Foi registrado um crescimento do lucro líquido de 54,2%, ou R\$ 74,5 milhões, passando de R\$ 137,5 milhões em 2009 para R\$ 212 milhões em 2010. Os principais fatores associados a estes resultados são:

Melhor desempenho operacional no ano, refletido nos crescimentos tanto de EBITDA quanto de margem EBITDA no período;

Crescimento da receita financeira no ano de 2010, principalmente em função do aumento da receita de AVP (Ajuste a Valor Presente), mas que no 4T10 apresentou decréscimo de R\$ 19,5 milhões em relação ao 4T09 em função da receita financeira não-recorrente de R\$ 23,7 milhões no 4T09, como consequência da adesão da Companhia ao REFIS IV.

Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função da constituição de subvenções para investimentos no 4T10 que deixaram de compor a base de cálculo destes tributos nesse período.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2009	2010	Varição 2009 - 2010	%
Lucro líquido do exercício	137.529	212.013	74.484	54,2%
(-) IR, CS e Participações	(48.591)	(51.454)	(2.863)	5,9%
(-) Despesa Financeira Líquida	51.283	10.098	(41.185)	-80,3%
(-) Depreciações e Amortizações	(19.663)	(23.131)	(3.468)	17,6%
(=) EBITDA	154.500	276.500	122.000	79,0%
Margem EBITDA	21,4%	27,3%	5,9 p.p.	

O EBITDA aumentou 79%, ou R\$ 122 milhões, passando de R\$ 154,5 milhões em 2009 para R\$ 276,5 milhões em 2010 em consequência da melhora do desempenho operacional.

Demonstrativo de Resultados – DRE 2009 x 2008

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	31/12/08	AV %	31/12/09	AV %	Variação 2008 - 2009	%
Receita operacional líquida	514.916	100,0%	720.948	100,0%	206.032	40,0%
Custo dos produtos vendidos	(276.386)	-53,7%	(380.092)	-52,7%	(103.706)	37,5%
Lucro bruto	238.530	46,3%	340.856	47,3%	102.326	42,9%
Receitas (despesas) operacionais	(148.595)	-28,9%	(206.019)	-28,6%	(57.424)	38,6%
Vendas	(113.473)	-22,0%	(142.013)	-19,7%	(28.540)	25,2%
Administrativas e gerais	(25.960)	-5,0%	(24.171)	-3,4%	1.789	-6,9%
Honorários da administração	(4.362)	-0,8%	(4.914)	-0,7%	(552)	12,7%
Depreciação e amortização	(6.606)	-1,3%	(9.563)	-1,3%	(2.957)	44,8%
Participação nos resultados	(10.652)	-2,1%	(17.874)	-2,5%	(7.222)	67,8%
Outras despesas operacionais líquidas	12.458	2,4%	(7.484)	-1,0%	(19.942)	-160,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	89.935	17,5%	134.837	18,7%	44.902	49,9%
Receitas financeiras	41.273	8,0%	65.217	9,0%	23.944	58,0%
Despesas financeiras	(40.889)	-7,9%	(38.776)	-5,4%	2.113	-5,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos, líquido	(41.769)	-8,1%	24.842	3,4%	66.611	-159,5%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	48.550	9,4%	186.120	25,8%	137.570	283,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22.798)	-4,4%	(22.584)	-3,1%	214	-0,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.935	2,3%	(26.007)	-3,6%	(37.942)	-317,9%
Lucro líquido do exercício	37.687	7,3%	137.529	19,1%	99.842	264,9%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	37.722	7,3%	137.530	19,1%	99.808	264,6%
Não controladores	(35)	0,0%	(1)	0,0%	34	-97,1%

Receita de Vendas por marca e canal

A receita líquida de vendas aumentou 40%, ou R\$ 206 milhões, passando de R\$ 514,9 milhões em 2008 para 720,9 milhões em 2009.

A receita bruta de vendas aumentou 39,4%, ou R\$ 247,7 milhões, passando de R\$ 629,2 milhões em 2008 para R\$ 876,9 milhões em 2009. O aumento da receita bruta de vendas deveu-se, sobretudo ao aumento da receita bruta de vendas ao mercado interno da marca "Hering" em R\$ 237,1 milhões, parcialmente compensados pela redução da receita bruta de vendas ao mercado externo em R\$ 17,6 milhões, conforme abaixo explicado:

Receitas por marca (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2008	AV %	2009	AV %	Variação 2008 - 2009	%
Receita bruta de vendas	629.175	100%	876.951	100%	247.776	39,4%
Mercado interno	596.202	94,8%	861.568	98,2%	265.366	44,5%
Mercado externo	32.973	5,2%	15.383	1,8%	-17.590	-53,3%
Receita bruta mercado interno	596.203	94,8%	861.568	98,2%	265.365	44,5%
Hering	473.784	75,3%	710.974	81,1%	237.190	50,1%
Varejo	213.105	33,9%	322.647	36,8%	109.542	51,4%
Franquia	174.319	27,7%	255.345	29,1%	81.026	46,5%
Lojas Próprias	86.360	13,7%	132.983	15,2%	46.623	54,0%
PUC	61.934	9,8%	78.354	8,9%	16.420	26,5%
Varejo	40.626	6,5%	51.478	5,9%	10.852	26,7%
Franquia	19.765	3,1%	23.514	2,7%	3.749	19,0%
Lojas Próprias	1.544	0,2%	3.362	0,4%	1.818	117,7%
dzarm. (varejo)	47.598	7,6%	54.241	6,2%	6.643	14,0%
Outros	12.886	2,0%	17.999	2,1%	5.113	39,7%

Mercado Interno

Marca "Hering": aumento da receita bruta de vendas da marca "Hering" de 50,1%, ou R\$ 237,2 milhões, passando de R\$ 473,8 milhões em 2008 para R\$ 710,9 milhões em 2009. Esse crescimento expressivo, foi resultado da conjugação de diversos fatores como:

Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada pelos consumidores por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, ambos com boa relação custo x benefício;

Inovação constante – produtos foram ofertados ao mercado por meio de seis coleções no ano, além do lançamento de duas novas categorias de produtos, linha praia e *fitness*.

Expansão da rede de distribuição – a marca ampliou sua atuação no mercado brasileiro com a abertura de lojas Hering Store (próprias e franqueadas) acima da meta prevista para 2009. A expansão da rede Hering Store aumentou a visibilidade da marca e também contribuiu para a expansão do varejo multimarca, com o incremento do número de clientes da Hering neste canal de distribuição.

Campanhas de marketing – ao longo do ano teve continuidade o conceito "Eu uso Hering desde sempre", que reforçou a identidade da marca como moda, jovem e acessível. Com a participação de celebridades que se identificam com a Hering, a comunicação com o público-alvo tornou-se autêntica e democrática, com ótima aceitação, refletida nos resultados das vendas.

Marca "PUC": aumento da receita bruta de vendas da marca "PUC" de 26,5%, ou R\$ 16,4 milhões, passando de R\$ 61,9 milhões em 2008 para R\$ 78,3 milhões em 2009. Esse crescimento ocorreu tanto na rede de lojas como no varejo multimarca. A inauguração de 15 lojas PUC no novo projeto arquitetônico e a nova campanha de marketing, veiculada em importantes meios de comunicação contribuíram para o crescimento da marca no ano. Além disso, no varejo multimarca, a expansão no número de clientes bem como o aumento do volume de vendas para os mesmos clientes foram responsáveis pelo crescimento de 26,7% das vendas deste canal em 2009.

Marca "dzarm.": aumento da receita bruta de vendas da marca "dzarm" de 14%, ou R\$ 6,6 milhões, passando de R\$ 47,6 milhões em 2008 para R\$ 54,2 milhões em 2009. Em agosto de 2009, foi feito o relançamento da dzarm., que contemplou o posicionamento da marca no conceito de jeans casual, com foco em jovens de 18 a 28 anos, das classes A e B. Como consequência, foram promovidos ajustes nos produtos, que passaram a ter como foco o jeans com modelagens diferenciadas para atrair a atenção de consumidores antenados com as tendências de moda, e na distribuição, que foi direcionada para pontos de venda qualificados e em linha com o novo conceito da marca.

O crescimento de 14,0% no ano, com ênfase no aumento de vendas de 34,9% no quarto trimestre de 2009, reflete os primeiros resultados da nova estratégia, com o lançamento da coleção Verão 2009/2010 em outubro de 2009, a

primeira dentro do novo posicionamento. A campanha de marketing contou com a participação de celebridades e foi veiculada em revistas e internet voltada ao público-alvo da dzarm..

Outros: outras receitas cresceu 39,7%, ou R\$ 5,1 milhões, passando de R\$ 12,9 milhões em 2008 para R\$ 18 milhões em 2009, principalmente em função do aumento da receita de royalties em 40% e revenda de mercadorias em 27%.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 1,8% em 2009, comparada com 5,2% em 2008. A receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais foi reduzida em 53,3%, ou R\$ 17,6 milhões, passando de R\$ 32,9 milhões em 2008 para R\$ 15,4 milhões em 2009. A diminuição da receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais, resultou da mudança de estratégia, redefinindo o foco de atuação na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. somente para a América Latina. Em função desse novo posicionamento, as operações de franquias localizadas em mercados fora do foco de atuação, como Arábia Saudita e Espanha, foram descontinuadas.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos cresceu 37,5%, ou R\$ 103,7 milhões, passando de R\$ 276,4 milhões em 2008, para R\$ 380 milhões em 2009, devido principalmente, ao reflexo do aumento da receita bruta de vendas.

O lucro bruto aumentou 42,9%, ou R\$ 102,3 milhões, passando de R\$ 238,5 milhões em 2008 para R\$ 340,9 milhões em 2009, principalmente em função de diluição dos custos fixos e aumento da participação das lojas no faturamento da companhia.

Conseqüentemente, a margem bruta aumentou um ponto percentual, passando de 46,3% em 2008 para 47,3% em 2009.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 38,6 %, ou R\$ 57,4 milhões, passando de R\$ 148,6 milhões em 2008 para R\$ 206 milhões em 2009, devido aos fatores explicados abaixo:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 25,2%, ou R\$ 28,5 milhões, passando de R\$ 113,5 milhões em 2008 para R\$ 142 milhões em 2009, em função principalmente (i) do aumento de 33,4%, ou R\$ 13,8 milhão, das despesas variáveis de venda, devido ao aumento da receita bruta de vendas e respectivo pagamento de comissões, fretes e outras despesas relacionadas às vendas, e (ii) do aumento geral das despesas fixas de venda, especialmente (a) despesas com alugueis que aumentaram em 58,3%, ou R\$ 4,7 milhões, devido ao aumento do número de lojas próprias e aumento de faturamento impactando no aluguel percentual; (b) despesas com prêmios, que aumentaram em 41,5%, ou R\$ 2,4 milhões, devido ao aumento da receita bruta de vendas, (c) despesas com salários e encargos que aumentaram 32,1% ou R\$ 6,5 milhões, devido aumento do numero de funcionários da retaguarda de vendas e das lojas próprias.

Despesas Gerais e Administrativas

Redução das despesas gerais e administrativas em 6,9%, ou R\$ 1,8 milhão, passando de R\$ 25,9 milhões em 2008 para R\$ 24,1 milhões em 2009. Essa redução ocorreu principalmente em função da diluição das despesas devido ao aumento de receita e ao encerramento de contratos de serviços de consultoria.

Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 12,7%, ou R\$ 0,5 milhões, de R\$ 4,3 milhões em 2008 para R\$ 4,9 milhões em 2009, devido a o alinhamento da remuneração dos executivos e o pagamento de bônus.

Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 44,8%, ou R\$ 2,9 milhões, passando de R\$ 6,6 milhões em 2008 para R\$ 9,5 milhões em 2009. Esse aumento foi principalmente devido ao aumento dos investimentos em instalações e máquinas e em lojas próprias.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Varição negativa na conta de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em R\$ 19,9 milhões, passando de uma receita de R\$ 12,4 milhões em 2008 para uma despesa de R\$ 7,5 milhões em 2009. Em 2009, das outras receitas/despesas operacionais, R\$ 1,8 milhões referem-se a despesas com a transferência de ativos entre unidades produtivas e o restante refere-se a outras despesas gerais. Em 2008, esta rubrica apresentou um ganho de R\$ 12,5 milhões, sendo que R\$ 15,7 milhões referem-se a um ganho não recorrente, relacionado principalmente à reversão de provisões de despesas e impostos não recorrentes constituídos em anos anteriores.

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro positivo de R\$ 51,2 milhões em 2009, comparado ao um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 41,4 milhões em 2008. Em 2008 o resultado financeiro está impactado pela perda com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 41,7 milhões. Em 2009, o resultado financeiro positivo é impactado pelo ganho com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 24,8 milhões e as receitas financeiras foram principalmente afetadas por redução da dívida tributária (REFIS) no montante de R\$ 23,7 milhões e aumento de receita financeira de ajuste a valor presente de clientes.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes em 2009 não apresentaram variações significativas em relação a 2008. O imposto de renda e contribuição social diferidos em 2009 apresentaram impacto negativo no resultado líquido de R\$ 26 milhões, sendo (i) R\$ 9,8 milhões referentes à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas; (ii) R\$ 13,4 milhões relativos ao Refis e (iii) R\$ 2,8 milhões referentes à movimentação das receitas e despesas temporárias;

Lucro Líquido

Foi registrado um crescimento do lucro líquido de 264,6%, ou R\$ 99,8 milhões, passando de R\$ 37,7 milhões em 2008 para R\$ 137,5 milhões em 2009 em consequência do descrito acima. Esse incremento é reflexo do melhor desempenho operacional apresentado pela Companhia em 2009, conforme comentado acima, e da combinação dos seguintes fatores:

Instrumentos Financeiros Derivativos

Resultado positivo de R\$ 24,8 milhões referentes à reversão de parte do valor provisionado em 2008 sobre o valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos.

Refis

Em novembro de 2009 a empresa aderiu ao Refis IV (Lei 11.941/2009 e MP 470/2009) e obteve um resultado líquido positivo no montante de R\$ 6,6 milhões, decorrente da composição dos seguintes fatores: i) R\$ 23,7 milhões de receita líquida financeira por conta da redução de juros sobre a dívida tributária; ii) R\$ 1,6 milhões de despesa operacional líquida, decorrente do provisionamento de contingências tributárias levadas ao REFIS e da redução de multas aplicadas sobre estas contingências; e iii) R\$ 16,4 milhões de despesa com IR e CS total, sendo R\$ 13,4 milhões por conta do provisionamento de contingência tributária decorrente de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o lucro.

Imposto de Renda Diferido

Teve impacto negativo no resultado líquido de R\$ 26 milhões, sendo (i) R\$ 9,8 milhões referentes à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas; (ii) R\$ 13,4 milhões relativos ao Refis (vide item acima) e (iii) R\$ 2,8 milhões referentes à movimentação das receitas e despesas temporárias.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2008	2009	Variação 2009 - 2010	%
Lucro líquido do exercício	37.687	137.529	99.842	264,9%
(-) IR, CS e Participações	(10.863)	(48.591)	(37.728)	347,3%
(-) Despesa Financeira Líquida	(41.385)	51.283	92.668	-223,9%
(-) Depreciações e Amortizações	(15.423)	(19.663)	(4.240)	27,5%
(=) EBITDA	105.358	154.500	49.142	46,6%
Margem EBITDA	20,5%	21,4%	0,9 p.p	

O EBITDA aumentou 46,6%, ou R\$ 49,1 milhões, passando de R\$ 105,3 milhões em 2008 para R\$ 154,5 milhões em 2009 em consequência da melhora do desempenho operacional.

Balanco Patrimonial 2008 x 2009 x 2010

Análise das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010:

Balanco Patrimonial Consolidado IFRS - Ativo (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	01/01/09	AV %	2.009	AV %	Variação 01/01/2009 - 2009	%	2010	AV %	Variação 2009 - 2010	%
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	65.009	9,1%	96.198	14,3%	31.189	48,0%	114.549	12,8%	18.351	19,1%
Aplicações financeiras	37.344	5,3%	5.800	0,9%	(31.544)	-84,5%	394	0,0%	(5.406)	-93,2%
Contas a receber de clientes	169.747	23,9%	215.457	31,9%	45.710	26,9%	295.422	33,1%	79.965	37,1%
Estoques	74.938	10,5%	90.018	13,3%	15.080	20,1%	176.692	19,8%	86.674	96,3%
Impostos a recuperar	5.394	0,8%	4.336	0,6%	(1.058)	-19,6%	7.015	0,8%	2.679	61,8%
Outras contas a receber	16.484	2,3%	6.494	1,0%	(9.990)	-60,6%	10.315	1,2%	3.821	58,8%
Despesas antecipadas	626	0,1%	363	0,1%	(263)	-42,0%	339	0,0%	(24)	-6,6%
Total do circulante	369.542	52,0%	418.666	62,0%	49.124	13,3%	604.726	67,7%	186.060	44,4%
NÃO CIRCULANTE										
Realizável em longo prazo										
Partes relacionadas	90	0,0%	130	0,0%	40	44,4%	-	0,0%	(130)	-100,0%
Aplicações financeiras	31.726	4,5%	720	0,1%	(31.006)	-97,7%	863	0,1%	143	19,9%
Impostos a recuperar	4.472	0,6%	4.975	0,7%	503	11,2%	8.190	0,9%	3.215	64,6%
Empréstimos compulsórios	2.756	0,4%	4.557	0,7%	1.801	65,3%	85	0,0%	(4.472)	-98,1%
Impostos diferidos	87.311	12,3%	20.546	3,0%	(66.765)	-76,5%	18.041	2,0%	(2.505)	-12,2%
Plano de pensão	2.073	0,3%	3.445	0,5%	1.372	66,2%	1.773	0,2%	(1.672)	-48,5%
Outras contas a receber	16.764	2,4%	16.356	2,4%	(408)	-2,4%	8.702	1,0%	(7.654)	-46,8%
Total do não circulante realizável a longo prazo	145.192	20,4%	50.729	7,5%	(94.463)	-65,1%	37.654	4,2%	(13.075)	-25,8%
Investimentos	1.013	0,1%	1.013	0,2%	-	0,0%	8	0,0%	(1.005)	-99,2%
Imobilizado	175.362	24,7%	181.411	26,9%	6.049	3,4%	224.226	25,1%	42.815	23,6%
Intangível	20.077	2,8%	23.172	3,4%	3.095	15,4%	26.089	2,9%	2.917	12,6%
Total do não circulante	341.644	48,0%	256.325	38,0%	(85.319)	-25,0%	287.977	32,3%	31.652	12,3%
TOTAL DO ATIVO	711.186	100,0%	674.991	100,0%	(36.195)	-5,1%	892.703	100,0%	217.712	32,3%

Balço Patrimonial Consolidado IFRS - Passivo	01/01/09	AV %	2.009	AV %	Varição 01/01/2009 - 2009	%	2010	AV %	Varição 2009 - 2010	%
<i>(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)</i>										
PASSIVO CIRCULANTE										
Financiamentos e empréstimos	84.171	11,8%	36.926	5,5%	(47.245)	-56,1%	27.799	3,1%	(9.127)	-24,7%
Fornecedores	17.698	2,5%	54.070	8,0%	36.372	205,5%	108.770	12,2%	54.700	101,2%
Salários e encargos sociais	20.318	2,9%	20.600	3,1%	282	1,4%	26.708	3,0%	6.108	29,7%
Parcelamentos tributários e previdenciários	8.204	1,2%	7.164	1,1%	(1.040)	-12,7%	8.104	0,9%	940	13,1%
Imposto de renda e contribuição social	7.836	1,1%	219	0,0%	(7.617)	-97,2%	8.673	1,0%	8.454	3860,3%
Obrigações tributárias	13.635	1,9%	11.072	1,6%	(2.563)	-18,8%	11.759	1,3%	687	6,2%
Provisões para contingências e outras provisões	17.481	2,5%	25.104	3,7%	7.623	43,6%	29.773	3,3%	4.669	18,6%
Obrigações por incentivos fiscais	2.071	0,3%	2.228	0,3%	157	7,6%	2.896	0,3%	668	30,0%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	4.810	0,7%	14.557	2,2%	9.747	202,6%	14.883	1,7%	326	2,2%
Outras contas a pagar	21.387	3,0%	6.560	1,0%	(14.827)	-69,3%	9.088	1,0%	2.528	38,5%
Total do circulante	197.611	27,8%	178.500	26,4%	(19.111)	-9,7%	248.453	27,8%	69.953	39,2%
NÃO CIRCULANTE										
Financiamentos e empréstimos	60.913	8,6%	40.632	6,0%	(20.281)	-33,3%	26.105	2,9%	(14.527)	-35,8%
Parcelamentos tributários e previdenciários	39.089	5,5%	30.645	4,5%	(8.444)	-21,6%	28.804	3,2%	(1.841)	-6,0%
Obrigações tributárias	54.482	7,7%	684	0,1%	(53.798)	-98,7%	530	0,1%	(154)	-22,5%
Impostos diferidos	14.597	2,1%	5.612	0,8%	(8.985)	-61,6%	5.229	0,6%	(383)	-6,8%
Provisões para contingências e outras provisões	8.805	1,2%	6.748	1,0%	(2.057)	-23,4%	11.215	1,3%	4.467	66,2%
Obrigações por incentivos fiscais	33.406	4,7%	38.858	5,8%	5.452	16,3%	40.931	4,6%	2.073	5,3%
Outras contas a pagar	36.603	5,1%	3.898	0,6%	(32.705)	-89,4%	3.212	0,4%	(686)	-17,6%
Total do não circulante	247.895	34,9%	127.077	18,8%	(120.818)	-48,7%	116.026	13,0%	(11.051)	-8,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	223.220	31,4%	223.845	33,2%	625	0,3%	226.293	25,3%	2.448	1,1%
Reserva de capital	256	0,0%	906	0,1%	650	253,9%	2.091	0,2%	1.185	130,8%
Reserva de lucros	19.289	2,7%	91.676	13,6%	72.387	375,3%	251.593	28,2%	159.917	174,4%
Ajuste de avaliação patrimonial	9.538	1,3%	9.161	1,4%	(377)	-4,0%	8.784	1,0%	(377)	-4,1%
Dividendos adicionais propostos	5.768	0,8%	11.759	1,7%	5.991	103,9%	39.463	4,4%	27.704	235,6%
Lucros acumulados	7.604	1,1%	32.063	4,8%	24.459	321,7%	-	0,0%	(32.063)	-100,0%
Participação de acionistas não controladores	5	0,0%	4	0,0%	(1)	-20,0%	-	0,0%	(4)	-100,0%
Total do patrimônio líquido	265.680	37,4%	369.414	54,7%	103.734	39,0%	528.224	59,2%	158.810	43,0%
TOTAL DO PASSIVO	711.186	100%	674.991	100%	(36.195)	-19%	892.703	1	217.712	32,3%

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo circulante era de R\$ 418,7 milhões, apresentando um aumento de 13,3% se comparado a 01 de janeiro de 2009. Essa alteração foi resultado, principalmente, (i) do aumento de contas a receber em R\$ 45,7 milhões, reflexo do aumento do faturamento no período; (ii) do aumento dos estoques de R\$ 15,1 milhões, em função das projeções de faturamento para atender a demanda.

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo circulante era de R\$ 604,7 milhões, apresentando um aumento de 44,4% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Essa alteração foi resultado, principalmente, (i) do aumento de contas a receber em R\$ 79,9 milhões, reflexo do aumento do faturamento no período; (ii) do aumento dos estoques de R\$ 86,6 milhões, em função das projeções de faturamento para atender a demanda e também em função de compra adicional de estoques de fios como parte da estratégia de gerenciamento de estoques; (iii) do aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 18,3 milhões, decorrente das atividades operacionais.

A participação do ativo circulante no ativo total foi de 52% em 01 de janeiro de 2009, 62% em 31 de dezembro de 2009 e 67,7% em 31 de dezembro de 2010.

Não Circulante

Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2009, o realizável a longo prazo era de R\$ 50,7 milhões, apresentando uma redução de 65,1% se comparado a 01 de janeiro de 2009. Essa variação foi resultado, principalmente, (i) da redução de aplicações financeiras em R\$ 31 milhões, por deixarem de ser vinculadas à operações de empréstimos ou swap

devido a liquidação destas operações; (ii) da redução em impostos diferidos de R\$ 66,7 milhões, dos quais R\$ 31,7 milhões foram utilizados para liquidar tributos que tiveram adesão ao Refis IV, R\$ 13,4 milhões foram baixados devido desistência de processo fiscal aderido ao Refis IV e os R\$ 21,6 milhões restantes foram baixados devido a realização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social pela companhia apresentar lucro fiscal tributável.

Em 31 de dezembro de 2010, o realizável a longo prazo era de R\$ 37,6 milhões, apresentando uma redução de 25,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Essa variação foi resultado, principalmente, (i) da redução de outras contas a receber em R\$ 7,6 milhões, devido recebimento de depósito judicial cofins, entre outros; (ii) da redução em empréstimos compulsórios de R\$ 4,5 milhões, em função do recebimento.

A participação do realizável a longo prazo no ativo total foi de 20,4% em 01 de janeiro de 2009, 7,5% em 31 de dezembro de 2009 e 4,2% em 31 de dezembro de 2010.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2009, o imobilizado era de R\$ 181,4 milhões, apresentando um aumento de 3,4% se comparado a 01 de janeiro de 2009. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 20,1 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 13,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o imobilizado era de R\$ 224,2 milhões, apresentando um aumento de 23,6% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 59,7 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 16,9 milhões.

A participação do imobilizado no ativo total foi de 24,7% em 01 de janeiro de 2009, 26,9% em 31 de dezembro de 2009 e 25,1% em 31 de dezembro de 2010.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2009, o intangível era de R\$ 23,2 milhões, apresentando um aumento de 15,4% se comparado a 01 de janeiro de 2009. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias) e marcas e patentes no montante de R\$ 10,2 milhões, e amortização e baixas no montante de R\$ 7,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o intangível era de R\$ 26,1 milhões, apresentando um aumento de 12,6% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias) e marcas e patentes no montante de R\$ 11,2 milhões, amortização no montante de R\$ 6,5 milhões e provisão para perdas no montante de R\$ 1,7 milhões.

A participação do ativo intangível no ativo total foi de 2,8% em 01 de janeiro de 2009, 3,4% em 31 de dezembro de 2009 e 2,9% em 31 de dezembro de 2010.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o passivo circulante era de R\$ 178,5 milhões, apresentando uma redução de 9,7% em relação a 01 de janeiro de 2009. Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 47,2 milhões devido liquidação de operações; (ii) aumento de fornecedores de R\$ 36,3 milhões devido aumento de compras de estoques e alteração de política de prazo de pagamento a fornecedores; (iii) aumento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$9,7 milhões; (iv) redução de outras contas a pagar de R\$ 14,8 milhões, devido reversão da provisão do valor justo dos derivativos (R\$ 14,7 milhões em 2008).

Em 31 de dezembro de 2010, o passivo circulante era de R\$ 248,5 milhões, apresentando um aumento de 39,2% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. As principais movimentações relacionadas a este grupo dizem respeito (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 9,1 milhões devido liquidação de operações; (ii) aumento de fornecedores de R\$ 54,7 milhões devido aumento de compras de estoques e alteração de política de prazo de pagamento a fornecedores; (iii) aumento de salários e encargos sociais de R\$ 6,1 milhões devido o

aumento do número de colaboradores contratados; (iv) aumento de imposto de renda e contribuição social de R\$ 8,5 milhões devido aumento do lucro antes dos impostos; (v) aumento de provisões para contingências e outras provisões de R\$ 4,7 milhões decorrente de aumento de provisão para participação nos resultados e provisões de comissões e frentes em função do aumento das vendas.

A participação do passivo circulante no passivo total foi de 27,8% em 01 de janeiro de 2009, 26,4% em 31 de dezembro de 2009 e 27,8% em 31 de dezembro de 2010.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o exigível a longo prazo era de R\$ 127,1 milhões, apresentando uma redução de 48,7% em relação a 01 de janeiro de 2009. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatores: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 20,3 milhões devido liquidação de operações; (ii) redução de parcelamentos tributários e previdenciários e obrigações tributárias no montante de R\$ 62,2 milhões, devido a adesão ao Refis IV, onde além de redução de multa e juros houve o pagamento a vista com compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social; (iii) redução de outras contas a pagar de R\$ 32,7 milhões, devido à reversão da provisão do valor justo dos derivativos (R\$ 32,0 milhões em 2008).

Em 31 de dezembro de 2010, o exigível a longo prazo era de R\$ 116 milhões, apresentando uma redução de 8,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatores: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 14,5 milhões, devido liquidação de operações; (ii) aumento de provisões para contingências e outras provisões de R\$ 4,5 milhões, devido aumento de provisões para contingências trabalhistas e administrativas.

A participação do não circulante no passivo total foi de 34,9% em 01 de janeiro de 2009, 18,8% em 31 de dezembro de 2009 e 13% em 31 de dezembro de 2010.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido era de R\$ 369,4 milhões, apresentando um aumento de 39% em relação 01 de janeiro de 2009. Esse aumento foi verificado principalmente em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 137,5 milhões, dos quais (i) R\$ 72,5 milhões foram utilizados para constituição de reservas de lucros; (ii) R\$ 42,1 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio e (iii) R\$ 22,9 milhões referente ajustes do IFRS do ano de 2009 apresentados em lucros acumulados e destinados em 2010.

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido era de R\$ 528,2 milhões, apresentando um aumento de 43% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento foi verificado principalmente em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 212 milhões, dos quais: (i) R\$ 129,7 milhões foram utilizados para constituição de reservas de lucros (o total da reserva de lucros constituída em 2010 foi de R\$ 159,9, sendo R\$ 129,7 milhões utilizando resultado do exercício, R\$ 32 milhões referente saldo de lucros acumulados dos ajustes de IFRS da data de transição e de 31 de dezembro de 2009, (R\$ 2,1 milhões) perdas atuariais 2010 e R\$ 0,3 milhões realização da correção monetária 2010), (ii) R\$ 42,9 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio, e (iii) R\$ 39,4 milhões destinados como dividendos adicionais propostos.

Fluxo de Caixa 2008 x 2009 x 2010

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de									
	2008	AV %	2009	AV %	Variação 2008 - 2009	%	2010	AV %	Variação 2009 - 2010	%
Atividades operacionais	5.803	-8%	92.910	298%	87.107	1501%	157.763	506%	64.853	70%
Atividades de investimento	(35.201)	47%	(31.229)	-100%	3.972	-11%	(69.629)	-223%	(38.400)	123%
Atividades de financiamento	(44.864)	60%	(30.492)	-98%	14.372	-32%	(69.783)	-224%	(39.291)	129%
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(74.262)	100%	31.189	100%	105.451	-142%	18.351	59%	-12.838	-41%

Atividades Operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 92,9 milhões, contra R\$ 5,8 milhões gerados no mesmo período de 2008.

A variação é explicada por i) aumento do lucro líquido de R\$ 99,8 milhões; ii) ajustes nos itens não caixa de R\$ 17,7 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (mais R\$ 37,9 milhões), variações monetária, cambial e juros não realizados (menos R\$ 25,1 milhões) e outros (mais R\$ 4,9 milhões) e; iii) redução nos ativos e passivos de R\$ 30,4 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (mais 31,8 milhões), aumento de outros ativos (mais R\$ 25,9 milhões), aumento no prazo de pagamento a fornecedores (mais R\$ 48,9 milhões) redução em contas a pagar e provisões (menos R\$ 90,9 milhões), redução em obrigações tributárias em (menos R\$ 54,4 milhões) e outros (mais R\$ 8,3 milhões).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 157,7 milhões, R\$ 64,8 milhões acima dos R\$ 92,9 milhões gerados no mesmo período de 2009.

A variação é explicada por i) aumento do lucro líquido de R\$ 74,5 milhões; ii) ajustes nos itens não caixa de menos R\$ 34,1 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (menos R\$ 23,8 milhões), variações monetária, cambial e juros não realizados (menos R\$ 4,7 milhões) e outros (menos R\$ 5,6 milhões) e; iii) aumento nos ativos e passivos de R\$ 24,6 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (menos 31,8 milhões), variações de estoques (menos R\$ 71,6 milhões), variações de contas a receber (menos R\$ 25,1 milhões), aumento no prazo de pagamento a fornecedores (mais R\$ 18,3 milhões) aumento em contas a pagar e provisões (mais R\$ 58,7 milhões), aumento em obrigações tributárias em (mais R\$ 78,7 milhões) e outros (menos R\$ 2,6 milhões).

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os desembolsos para atividades de investimento foram de R\$ 31,2 milhões, apresentando uma redução de R\$ 3,9 milhões em relação aos desembolsos no mesmo período em 2008, os quais totalizaram R\$ 35,2 milhões. Esta variação ocorreu em função de: i) aquisições do ativo imobilizado (mais R\$ 8,4 milhões); ii) ativo intangível (menos R\$ 3,9 milhões) e ; (iii) partes relacionadas (menos R\$ 0,6).

Em 31 de dezembro de 2010 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 69,6 milhões, resultando em uma variação de R\$ 38,4 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 31,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação é explicada pelo aumento nas aquisições do ativo imobilizado (menos R\$ 38,7 milhões), no ativo intangível (menos R\$ 1 milhão), recebimento de venda de investimento (mais R\$ 1,2) e partes relacionadas (mais R\$ 0,1).

Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2009 o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento foi de menos R\$ 30,5 milhões, variação de R\$ 14,4 milhões em relação aos R\$ 44,8 milhões aplicados no mesmo período de 2008. Esta variação é explicada por: i) aumento de capital e aplicações financeiras (mais R\$ 113,3 milhões); ii) juros sobre capital próprio e dividendos pagos (menos R\$ 21,6 milhões); iii) empréstimos tomados (menos R\$ 78,7 milhões); e iv) pagamento de empréstimos (mais R\$ 1,4 milhões).

Em 31 de dezembro de 2010 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos no exercício foi de R\$ 69,8 milhões, variação de R\$ 39,3 milhões em relação aos R\$ 30,5 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2009. Essa variação ocorreu em função de: i)) redução de aplicações financeiras (menos R\$ 57,3 milhões; ii) pagamento de empréstimos (mais R\$ 45 milhões); iii) variação de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (menos R\$ 27,9) e; vi) outros (mais R\$ 0,9 milhões).

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Quase a totalidade (95%, 98% e 98% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2008, 2009 e 2010, respectivamente) da receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda dos produtos em todo o território nacional para clientes varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, bem como das vendas das próprias lojas ao consumidor final.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita operacional líquida aumentou 40%, de R\$ 514,9 milhões em 2008 para R\$ 720,9 milhões em 2009. Em 2010 a receita operacional líquida apresentou um aumento de 40,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.013,5 milhões. Nos dois períodos o aumento deve-se principalmente ao crescimento de vendas conquistado por todas as três marcas (Hering, PUC e dzarm.) no mercado interno, com destaque para o desempenho de vendas brutas da marca Hering, que cresceu 50,1% e 44,2 em 2009 e 2010, respectivamente.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2008, 2009 e 2010 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, principalmente da marca Hering, por conta da implementação bem sucedida da estratégia de negócios da Companhia introduzida a partir de 2007, que consiste em explorar o potencial de crescimento das quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.), com destaque para Hering.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem taxa de inflação, a variação do preço de insumos e produtos, taxa de câmbio e de juros. Apesar de não ser possível estimar o impacto de cada um desses itens dada a complexidade dos negócios, em termos gerais, um aumento da inflação ou do preço de insumos e produtos ou da taxa de juros, assim como uma desvalorização da moeda tendem a ter um impacto adverso sobre os negócios da Companhia. Por outro lado, se a inflação ou o preço dos insumos e produtos ou a taxa de juros diminuem, cada um desses fatores tenderá a impactar positivamente o resultado da Companhia. Da mesma forma, como a Companhia não quantifica a influência desses impactos nos seus resultados operacionais ou receitas financeiras, as variações de preços dos principais insumos e produtos podem impactar diretamente nossa margem bruta, mas a Companhia pode decidir transferir esse aumento de custos aos seus consumidores, quando considerado apropriado.

Variações em razão das taxas de câmbio

Mudanças na taxa de câmbio podem gerar custos maiores ou menores para a Companhia. Dessa forma, se o reajuste praticado for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, o resultado operacional não se modifica. Entretanto, qualquer outra movimentação pode gerar ganhos ou perdas de margem bruta, o que impactaria nosso resultado operacional.

Variações em razão da inflação

A Companhia não pode medir o impacto da inflação nas suas receitas. A inflação não implica necessariamente mudança do preço de venda de seus produtos ou nos seus custos, que podem gerar ou não reajuste no nosso preço final de venda. Se o reajuste de preços praticados for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, nosso resultado operacional não é afetado, mas do contrário, sim.

Além disso, a inflação local pode afetar itens como salários e remuneração e despesas gerais, e conseqüentemente interferir na lucratividade da Companhia.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

No ano-calendário de 2010, a Companhia obteve a certeza de que os benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, poderiam ser caracterizados como subvenção para investimentos, e efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento no montante de R\$ 84,3 milhões na conta “reserva de incentivos fiscais”. Esse montante registrado como subvenção para investimento foi excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, resultando em uma redução de R\$ 28,6 milhões nos impostos correntes.

Em 2009 a empresa aderiu ao Refis IV (Lei 11.941/2009 e MP 470/2009) e obteve um resultado líquido positivo no montante de R\$ 6,6 milhões (deve-se observar, contudo, que ainda se encontram pendentes de homologação os pagamentos efetuados pela Companhia), decorrente da composição dos seguintes fatores: i) R\$ 23,7 milhões de receita líquida financeira por conta da redução de juros sobre a dívida tributária; ii) R\$ 1,6 milhões de despesa operacional líquida, decorrente do provisionamento de contingências tributárias levadas ao REFIS e da redução de multas aplicadas sobre estas contingências; e iii) R\$ 16,4 milhões de despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, sendo R\$ 13,4 milhões por conta do provisionamento de contingência tributária decorrente de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o lucro. Ainda em 2009 a Companhia obteve um resultado positivo de R\$ 24,8 milhões, referentes à reversão de parte do valor provisionado em 2008 sobre o valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS na sigla em inglês), que estão previstas no CPC-37.

A Companhia estabeleceu 1º de janeiro de 2009 como “data de transição” para a adoção das novas práticas contábeis, emitidas em 2009 e cuja adoção é mandatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia e suas controladas prepararam seus balanços patrimoniais ajustados por esses novos dispositivos contábeis.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis emitidas pelo CPC.

As explicações dos efeitos entre as diferenças constantes das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os novos CPCs, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e as normas anteriores estão apresentadas abaixo:

A conciliação do resultado e do patrimônio líquido consolidado são assim demonstradas:

Conciliação do lucro líquido	Consolidado	
	31/12/09	
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	114.554	
- Variação cambial sobre os estoques	1.070	
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	22.556	
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	151	
- Ajustes de depreciação correção monetária	(377)	
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(90)	
- IR/CS diferidos sobre ajustes	(333)	
- Participação acionistas não-controladores	(1)	
Lucro líquido de acordo com o IFRS e CPCs	137.530	

Conciliação do patrimônio líquido	Consolidado	
	31/12/09	01/01/09
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	316.427	242.765
- Variação cambial sobre os estoques	643	(427)
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	28.463	5.907
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	151	-
- Plano de pensão - ganhos ou perdas atuariais	3.179	2.073
- Ajustes de correção monetária	13.880	14.452
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(234)	(143)
- IR/CS diferidos sobre ajustes	(4.858)	(4.720)
- Reclassificação dividendos adicionais propostos	11.759	5.768
- Reclassificação participação acionistas não-controladores	4	5
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS e CPCs	369.414	265.680

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme descrito acima, a Companhia estabeleceu 1º de janeiro de 2009 como “data de transição” para a adoção das novas práticas contábeis.

Dos pronunciamentos e interpretações adotados pela Companhia, abaixo citamos os que impactaram as demonstrações financeiras de 2010 comparativas com 2009 e data de transição 01 de janeiro de 2009:

CPC 16 - Estoques: na aplicação deste pronunciamento a Companhia apurou e excluiu os efeitos cambiais na importação de estoques, a partir do momento que é efetivada a transferência de propriedade.

CPC 32 - Tributos sobre o lucro: na aplicação deste pronunciamento, amparada no item 39, a Companhia efetuou a reversão do imposto de renda diferido sobre diferença temporária surgida em decorrência do empréstimo em moeda estrangeira mantido com sua parte relacionada Hering Overseas, em função dos efeitos da variação cambial sob as séries originais de Euronotes, em função de possuir pleno controle sob a periodicidade desta diferença temporária e da remota possibilidade de que esta diferença se reverta no futuro.

CPC 33 - Benefícios a Empregados: sob este pronunciamento a Companhia apurou e contabilizou os efeitos de benefícios de pós-emprego concedidos a empregados sob a forma de plano de pensão de benefício definido.

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: na adoção deste pronunciamento, considerando a não adoção do custo atribuído para os bens do ativo imobilizado, a Companhia efetuou a correção monetária dos bens do ativo imobilizado existentes nos períodos que a economia caracterizava-se, para fins contábeis, como hiper-inflacionária.

ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil: sob a ótica desta interpretação, a Companhia avaliou os contratos de alugueis de lojas próprias e verificou a existência de cláusulas contratuais que determinam a realização de pagamentos escalonados durante o período de vigência do contrato. A interpretação determina que essas despesas devem ser contabilizados de forma linear considerando o total dos pagamentos por todo o prazo do contrato. Os montantes correspondentes foram apurados e registrados na data de transição.

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: a Companhia procedeu com a reclassificação dos saldos de dividendos de acordo com as disposições contidas nessa interpretação na data de transição e nos períodos posteriores.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Define a base para a apresentação de demonstrações financeiras, inclusive as separadas e consolidadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

A aplicação deste pronunciamento resultou nos seguintes impactos para a Companhia:

Alteração da rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” para “outros resultados abrangentes”;

Divulgação em nota explicativa das despesas por natureza;

(iii) Apresentação dos saldos de depósitos judicial na Companhia do ativo não circulante;

(iv) Apresentação da parcela correspondente aos não controladores no patrimônio líquido.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, contém ênfase relacionada à reapresentação, para fins comparativos, das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2007. Com as edições da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, diversas práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, exceto pelo mencionado no parágrafo 5, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo

Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não foram reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios decorrentes das mudanças de práticas contábeis introduzidas pela Lei e Medida Provisória anteriormente mencionada.

O citado parecer contém ênfase relacionada a aplicação retrospectiva do CPC 01. Em 29 de janeiro de 2008, por meio da Deliberação CVM 534/08, a CVM aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que alterou as práticas contábeis para investimentos localizados no exterior. De acordo com a nova prática contábil, as subsidiárias da Companhia localizadas no exterior Hering International S.A. – SAFI e Hering Overseas Ltd. não foram caracterizadas como entidades independentes e tiveram os seus ativos, passivos e resultados do exercício de 2007 registrados diretamente na contabilidade da controladora na moeda funcional da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa 3.t, a Administração adotou a referida prática contábil retrospectivamente. Portanto, para fins de comparação, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 foram refeitas com os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas das controladas incorporados aos saldos da controladora. Essas demonstrações financeiras foram examinadas e estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas para registrar determinados ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, algumas estimativas relacionadas à vida útil de propriedades e equipamentos, provisões para passivos contingentes, provisões para tributos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, planos de pensão, estoques e outros itens similares.

As políticas e estimativas contábeis críticas são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e o resultado operacional e cuja determinação pela administração é mais subjetiva e complexa, exigindo a utilização de estimativas e premissas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Muito embora foram revisadas as estimativas e premissas periodicamente, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas e premissas poderá afetar a situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados.

É apresentado a seguir uma discussão sobre o que se considera políticas contábeis críticas da Companhia, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade a que essas estimativas estão sujeitas.

Reconhecimento de receitas e custos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de

que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

Os custos dos produtos são registrados pelo valor de custo médio de aquisição e produção e compreendem os custos com matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de fabricação dos produtos e gastos gerais de fabricação, tais como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

Deterioração, depreciação e amortização de bens do imobilizado

É avaliada periodicamente, a necessidade de testes sobre a recuperabilidade de ativos (ou grupos de ativos) de vida longa com base em vários indicadores, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração avalia a ocorrência de algum evento adverso, tal como uma redução significativa no valor de mercado de algum bem do imobilizado ou alteração adversa significativa na forma com que um ativo de vida longa esteja sendo utilizado, analisando várias suposições e estimativas que, por sua vez, podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas cambiais, mudanças estratégicas de negócios e nos tipos de produtos oferecidos ao mercado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Cia. Hering reconhece as despesas relacionadas à depreciação e amortização do imobilizado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A vida útil dos ativos é revisada periodicamente com base em fatos e circunstâncias existentes. A determinação das vidas úteis exige um julgamento subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas e à concorrência na indústria, que são fatores que podem causar uma obsolescência precoce dos bens do imobilizado. Caso seja obrigado a fazer alterações relevantes nas premissas originais, as despesas de depreciação, baixas por obsolescência e o valor contábil líquido do imobilizado podem diferir significativamente em relação às premissas originalmente adotadas.

Provisão para contingências

Constitui-se provisões para contingências no balanço, com base no parecer dos advogados externos contratados, para os casos em que os processos trabalhistas, tributários e cíveis são estimados em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Não se constitui provisões para contingências consideradas como perdas possíveis ou remotas pelos assessores jurídicos. Avaliam-se continuamente as estimativas e premissas da provisão para contingências, com base em consultas aos consultores internos e externos e advogados externos contratados, e considerando fatos e circunstâncias relevantes que possam ter um efeito material sobre o resultado operacional e do patrimônio líquido. Apesar da administração acreditar que a provisão para atuais contingências é adequada, a liquidação das ações judiciais envolve montantes que poderão resultar em valores divergentes da provisão para contingências estabelecidas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Cia. Hering estabelece provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nas estimativas da administração, em montante que se considera suficiente para fazer frente a perdas prováveis na liquidação de créditos. Nesta determinação, analisa-se cada crédito individualmente e se levam em consideração as taxas históricas de inadimplência. Este processo exige um determinado grau de discricionariedade por parte da Administração devido a

incertezas das premissas envolvidas, tais como a situação financeira dos devedores, assim como as tendências econômicas. Caso o valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa seja inferior aos valores baixados como perda, um aumento da provisão poderá ser necessário.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento: Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a

moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, são trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base no custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 90 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 45 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, nos custos dos produtos vendidos e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

Benefícios a empregados

(i) Planos de benefícios definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade. Adicionalmente, tendo em vista o acelerado crescimento da Companhia, a partir de 2008 foi implantado o Sistema SAP de informações gerenciais, de modo a manter e aprimorar os controles internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em relação aos pontos de controles internos referentes à auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os Diretores da Companhia esperam atualizar o Formulário de Referência, quando da conclusão do relatório de controles internos pelos auditores independentes.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando :

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil	
I – Investimentos	62.733
- Lojas	23.434
- Industrial	19.825
- Tecnologia da Informação	9.271
- Logística	8.450
- Outros	1.753
II – Capital de giro	55.215
Total Geral	117.948
Fontes Próprias (Retenção de Lucros)	117.948

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Retenção de lucros de acordo com orçamento de investimento e destinação do lucro do exercício de 2010.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento e previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2010, foram promovidos investimentos na ampliação e atualização de todos os parques fabris, com o objetivo de garantir o volume de produção previsto para 2011 e 2012: i) investimentos nas etapas de tinturaria, acabamento de malha e corte nas unidades em Santa Catarina; ii) implantação da central de corte automatizado na unidade de Parnamirim (Rio Grande do Norte) e iii) ampliação das unidades de confecção e implantação da central de acabamento de produtos de malha em Goiás.

Para o ano de 2011 está prevista a ampliação da central de corte e acabamento de tecido plano na unidade de Parnamirim (RN), bem como a implantação da central de corte para tecido plano e malha na cidade de Paraúna, estado de Goiás.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A empresa elaborou durante o ano de 2010 um estudo de mercado no qual avaliou o potencial da rede Hering Store em 604 lojas, levando em consideração as atuais premissas socioeconômicas de consumo, distribuição de renda e de penetração da marca.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Para o ano de 2011 foi desenvolvido um plano de expansão da rede de lojas Hering Store com a expectativa de chegar a 418 lojas franqueadas e próprias ao fim do período.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores a comentar.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Anexo 9-1-II – IN 481/09)

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2010, foi de R\$ 212.016.705,82. (duzentos e doze milhões, dezesseis mil, setecentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010 (incluindo JCP antecipados)	
Montante Global	R\$ 82.445.853,35
Valor por ação Ordinária	R\$ 0,84
Observação: todo o capital social é representado por ações ordinárias, classe única.	

3. Percentual do lucro líquido distribuído

40,9% do lucro líquido, após dedução da reserva legal.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

- a) valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe (*) (**)

Ação	Valor por Ação (R\$)	Montante total bruto R\$
Ordinária	R\$ 0,325	R\$ 17.628.225,22
Ordinária	R\$ 0,175	R\$ 9.492.121,27
Ordinária	R\$ 0,058	R\$ 9.437.880,58
Ordinária	R\$ 0,122	R\$ 19.852.093,64
Ordinária	R\$ 0,16	R\$ 26.035.532,64 (**)

(*) todo o capital social é representado por ações ordinárias, de classe única.

(**) a serem submetidos a aprovação da assembleia geral ordinária.

- b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

A data da posição acionária para o cálculo de dividendos e JCP e a data para o início do pagamento são definidos em assembleia geral ordinária ou em reunião do Conselho de Administração que os declarar.

- c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio:

Não aplicável.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

A data de posição acionária para cálculo dos dividendos e a data para início de pagamento serão definidas na Assembléia Geral Ordinária que vier a aprovar a distribuição de dividendos.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados:

foi declarado o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 56.410.320,71 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e vinte reais e setenta e um centavos), conforme reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28/07/2010 e 16/12/2010.

b) data dos respectivos pagamentos:

os pagamentos foram efetuados em 17/08/2010 e 14/01/2011.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e b) dividendos e juros sobre o capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

R\$	2007	2008	2009	2010
Lucro Líquido do Exercício	18.692.642,18	37.722.152,21	114.553.958,22	212.016.705,52
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Distribuídos	-	27.894.632,26	34.557.554,95	-

8. Destinação de lucros à reserva legal:

a) montante destinado à reserva legal: R\$ 10.600.835,29

b) cálculo da reserva legal: 5% do lucro líquido do exercício.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (*)

a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

- e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a) forma de cálculo prevista no estatuto

25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções determinadas ou admitidas por lei.

- b) informar se está sendo pago integralmente

os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

- c) informar o montante eventualmente retido

não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- a) informar o montante de retenção

Não aplicável.

- b) descrever pormenorizadamente a situação financeira da Companhia, abordando inclusive aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c) justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

- b) identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

- c) explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

- d) justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Não aplicável
- b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Não aplicável
- b) identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável
- c) descrever como o montante foi calculado
Não aplicável

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) montante retenção: R\$ 117.947 mil (orçamento de capital e capital de giro), sendo, R\$ 62.732 mil, para orçamento de capital e R\$ 55.215 mil, para capital de giro.
- b) orçamento de capital e capital de giro

Orçamento de Capital e Capital de Giro R\$ mil	
I – Investimentos	62.732
- Lojas	23.434
- Industrial	19.825
- Tecnologia da Informação	9.271
- Logística	8.450
- Outros	1.752
II – Capital de giro	55.215
Total Geral	117.947
Fontes Próprias (Retenção de Lucros)	117.947

- c) **Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**
 - a. informar o montante destinado à reserva

R\$ 31.367.974,75

b. explicar a natureza da destinação

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego), decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração.

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA A SEREM REELEITOS NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA (Itens 12.6 a 12.10)

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: (*)

Conselho de Administração									
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ser ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo de Mandato	Outros Cargos Ou Funções Exercidos no Emissor	Indicação se foi Eleito pelo Controlador Ou Não
Ivo Hering	68	Advogado e Economista	003.696.839-00	Presidente	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	-	Não
Fabio Hering	52	Administrador De Empresas	006.283.238-75	Conselheiro	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	Membro de Comitê	Não
Nei Schilling Zelmanovts	43	Advogado	066.538.018-61	Conselheiro	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	-	Não
Patrick Charles Morin Junior	62	Administrador De empresas	003.768.028-55	Conselheiro	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	Membro de Comitê	Não
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	45	Analista de Sistemas	759.844.157-04	Conselheiro	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	Membro de Comitê	Não
Marcio Guedes Pereira Junior	49	Administrador De Empresas	050.958.058-04	Conselheiro	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	Membro de Comitê	Não
Marcelo Guimarães Lopo Lima	37	Administrador de Empresas	132.483.688-10	Conselheiro	26/04/2011	26/04/2011	2 anos	Membro de Comitê	Não

(*) O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia possui 02 (dois) comitês, sendo 01 (um) financeiro e 01 (um) de remuneração, não estatutários, cujos membros são nomeados pelo Conselho de Administração.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer (*)

(*) O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente.

a) Currículos

Ivo Hering - Formado em Direito e Economia, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). O Sr. Ivo Hering é presidente do Conselho de Administração desde 28 de abril de 2009, sendo membro do mesmo Conselho desde 1977 e da Diretoria da Cia Hering desde 1971 até 2009. É graduado em Direito e Economia, além de possuir especialização em Macroeconomia, Direito, Marketing e Estratégia. Foi presidente das empresas do Grupo Ceval Alimentos. Atualmente ocupa o cargo presidente e membro do Conselho de Administração da Cia. Hering. Está na empresa há mais de quarenta anos, tendo iniciado como trainee e assumindo posteriormente as funções de diretor administrativo, vice-presidente executivo e presidente.

Fabio Hering - Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Presidente. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e sete anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de divisão fashion, Diretor de operações, Vice-presidente e Diretor de relações com investidores.

Nei Schilling Zelmanovits - Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo. Foi admitido à Ordem dos Advogados de São Paulo em 1988. Sócio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados e membro do Conselho de Administração da Cia. Hering desde 1999.

Patrick Charles Morin Junior - Norte-americano, graduado em 1968 em Administração de Empresas pelo "Claremont Men's College" (Califórnia), e pós-graduado (MBA) pela Universidade de Columbia (New York) em 1970, com especialização em Finanças e Comércio Exterior. Participou do Programa Internacional para Executivos (SMP-16) da Harvard Business School. Trabalhou no Chemical Bank (New York) no Brasil, em New York, Londres e Bruxelas. Em 2001 foi responsável pela fusão do Chase Manhattan com o J.P.Morgan no Brasil, onde atuou como Presidente até assumir, em 2003, responsabilidades como "Senior Advisor" do Banco J.P.Morgan S.A. Atualmente é Presidente da Morin Assessoria Empresarial Ltda. e membro do Conselho de Administração de várias empresas, dentre elas a Abril S.A., Topsports Ventures S.A., Propay Brasil S.A., Ideal Invest S.A., e Cia. Hering. Atua, também, no Conselho Consultivo da Endeavor Global (New York) e assessora ativamente vários empreendedores do Projeto Endeavor no Brasil. Dentre suas atividades extra-profissionais, nos últimos trinta anos, destacam-se as seguintes: membro das Diretorias da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (American Chamber), da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (A.B.B.I.), e Presidente do Conselho de Administração da Escola Graduada de São Paulo (Graded School). Participou de vários projetos sociais, com o foco em educação.

Marcelo Guimarães Lopo Lima - Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito pela Universidade São Paulo (USP). Iniciou sua carreira no JPMorgan Chase onde atuou como associado na área de Investment Banking nos escritórios de São Paulo e Nova Iorque. Foi Vice Presidente da divisão de Investment Banking do Itaú BBA. Foi Vice Presidente na Merrill Lynch, assessorando clientes em transações de M&A na América Latina. Tem mais de 13 anos de experiência na área de investimentos e um histórico de US\$13 bilhões captados em ofertas de ações e US\$15 bilhões em transações de M&A e private equity. Atualmente atua na Tarpon Investimentos desde abril de 2008 onde é responsável por investimentos nos setores de varejo, alimentos e etanol. Marcelo é membro do Conselho de Administração da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável. É membro do Conselho de Administração da Cia. Hering desde 28 de abril de 2009.

Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri - Formado em análise de sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Marketing pela mesma Universidade. Tem especialização em Gestão Avançada de Negócios pela FDC/INSEAD. Ocupou o cargo de Presidente da Blockbuster no Brasil, nos períodos compreendidos de outubro de 2006 a janeiro de 2007 e de agosto de 2001 a maio de 2005. De maio de 2000 até julho de 2001, foi Vice Presidente de Operações desta mesma empresa. Exerceu a função de Diretor Comercial da Fininvest, Negócio de Varejo, de maio de 2005 a setembro de 2006. Atuou como Gerente de Marketing, para o mercado corporativo da Brasil Telecom, no período de 1999/2000 e anteriormente como Gerente da Shell Brasil, destacando-se por ter sido responsável pelo lançamento da marca Select de lojas de conveniência. É membro do Conselho de Administração da Saraiva S.A Livreiros Editores, Bematech Ind. Com. De Equipamentos Eletrônicos S.A e da Cia. Hering.

Marcio Guedes Pereira Junior .. Sr. Guedes é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getúlio Vargas após ter estudado na University's Stern School of Business em New York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. Tem relevante experiência em mercado de Capitais incluindo o follow-on de ações e IPO de empresas como Perdigão, Lojas Marisa, Minerva, Spring Global, Brasil Ecodiesel, Copasa, OHL e Sabesp. Ele também foi responsável por operações de estruturação da Arantes Alimentos, o Banco do Brasil, Unibanco e Ambev. É membro do Conselho de Administração da Cia. Hering desde 28 de abril de 2009.

b) Declaração negativa de eventos condenatórios:

Todos os administradores indicados para reeleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 13 – IN 480/09)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo

Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

Diretores Estatutários e Não Estatutários

Independente do tipo de relação jurídica com a companhia, todos são remunerados de forma mista, com componentes fixos e variáveis e em moeda corrente e benefícios como adiante se demonstra. Os objetivos da política de remuneração são criar motivadores de conteúdo econômico para alinhar interesses das partes a curto, médio e longo prazo, além de reconhecer práticas de mercado.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos e benefícios de plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: Honorários mensais fixos e benefícios de plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Tem remuneração mista assim discriminada:

honorários fixos mensais, com a finalidade de remunerar os serviços prestados e caráter de dedicação integral;

remuneração variável a curto prazo, anual, em espécie como forma de promover o alinhamento e comprometimento com os resultados pretendidos;

remuneração variável a longo prazo (Plano de Ações): de acordo com Programa que se detalha adiante e que tem a finalidade estreitar as ações diretas com os interesses dos acionistas; e promover retenção.

benefícios: constituídos de Plano de Saúde; Seguro de vida em grupo; Previdência Privada e Vale Alimentação, Ticket Refeição; para manter-se alinhada às práticas de mercado de remuneração nesse nível de executivos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total: base 2010

Conselho de Administração:

Remuneração fixa Pró-labore 99,19%

Remuneração por participação em reunião de comitê: 0,00%

Benefícios: 0,81%

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo:

Remuneração fixa Pró-labore 97,12%

Benefícios 2,88%

Diretores Estatutários e Não Estatutários:

Remuneração fixa Pró-labore 40,92%

Benefícios 4,88%

Remuneração Variável Curto Prazo 41,88%

Remuneração Variável Longo Prazo 12,32%

Comitês: Deve-se observar que cada membro do Conselho de Administração, ao participar de Comitês, faz jus a um adicional de R\$ 3.000,00 por reunião, limitado a um máximo de R\$12.000,00 por ano, já incluído no percentual indicado acima.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração: A remuneração procura acompanhar valores de mercado validados por pesquisas e o seu reajuste se dá anualmente e pelo mesmo índice aplicável à categoria dos colaboradores têxtil de Blumenau/SC.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: A mesma aplicada aos administradores.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Emprega-se a mesma metodologia e reajuste aplicável aos integrantes do Conselho de Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração: A forma de remuneração definida deve refletir às práticas de mercado para esse nível de executivos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: A forma de remuneração definida deve refletir às práticas de mercado para esse nível de executivos.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Os componentes fixos e indiretos devem seguir práticas de mercado aplicáveis e os componentes variáveis são fixados com a finalidade de alinhar ação estratégica e resultados pretendidos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: São sempre levados em consideração indicadores de resultado e de incremento de receita.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: A remuneração variável é estruturada com base em indicadores de desempenho, globais e setoriais, com metas específicas e estritamente vinculadas a resultado, sendo seu atingimento monitorado mensalmente pelo grupo de executivos desse órgão e do conselho de administração.

Comitês de RH e Finanças: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conselho de Administração: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: no curto prazo há parcelas significativas vinculadas a desempenho, caracterizando-se o Ebitda como o principal. Já no médio e longo prazo, essa remuneração se dá via plano de ações, cuja evolução do valor das referidas ações assegura esse interesse.

Comitês de RH e Finanças: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: vide tabela abaixo

Comitês de RH e Finanças: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

R\$	2008				2009				2010			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Interm. Serv. Fin. Ltda												
Número de membros	-	-	3	3	-	-	2,00	2,00	-	-	2,0	2,0
Pro-labore	-	-	14.730,00	14.730,00	-	-	11.060,00	11.060,00	-	-	12.240,00	12.240,00
Textil Santa Catarina Ltda												
Número de membros			1,00	1,00			1,00	1,00			1,00	1,00
Pro-labore			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conselho de Administração: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Comitês de RH e Finanças: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

Em R\$ Mil	2008				2009				2010				2011			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão																
b) Número de membros	6,00	3,00	5,00	14,00	5,64	5,37	6,86	17,66	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00
c) Remuneração	715,06	301,35	6.327,56	7.343,96	1.007,99	692,34	8.149,56	9.849,90	1.496,11	690,42	9.605,44	11.791,97	1.604,22	753,24	10.509,92	12.867,37
i) Remuneração Fixa	715,06	301,35	3.894,35	4.910,76	1.007,99	692,34	3.740,16	5.440,50	1.496,11	690,42	4.399,18	6.585,70	1.604,22	753,24	5.072,48	7.429,93
Salário ou pró-labore	702,58	295,82	3.349,40	4.347,80	984,05	673,62	3.246,14	4.903,81	1.483,95	670,51	3.930,17	6.084,63	1.573,02	732,04	4.772,48	7.077,53
Benefícios diretos e indiretos	12,48	5,52	544,96	562,96	5,94	18,72	494,02	518,69	12,16	19,91	469,00	501,07	13,20	21,20	300,00	334,40
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	18,00	-	-	18,00	-	-	-	-	18,00	-	-	18,00
ii) Remuneração Variável	-	-	2.302,80	2.302,80	-	-	3.759,20	3.759,20	-	-	4.022,40	4.022,40	-	-	3.988,19	3.988,19
Bônus	-	-	-	-	-	-	3.759,20	3.759,20	-	-	4.022,40	4.022,40	-	-	3.988,19	3.988,19
Participação nos resultados	-	-	2.302,80	2.302,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
iv) Benef. Motivados pela Cessação do Exerc. do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
v) Remuneração Baseada em Ações	-	-	130,40	130,40	-	-	650,20	650,20	-	-	1.183,87	1.183,87	-	-	1.449,25	1.449,25

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

Em R\$ Mil	2008				2009				2010				2011			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão																
b) Número de membros	6,00	3,00	5,00	14,00	5,64	5,37	6,86	17,66	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00
d) Em relação à Participação no Resultado																
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	360,14	360,14	-	-	380,04	380,04	-	-	399,04	399,04	-	-	427,40	427,40
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	3.063,62	3.063,62	-	-	3.420,39	3.420,39	-	-	3.990,45	3.990,45	-	-	4.274,00	4.274,00
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas	-	-	1.900,72	1.900,72	-	-	1.900,21	1.900,21	-	-	1.996,22	1.996,22	-	-	2.137,00	2.137,00
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	2.302,80	2.302,80	-	-	3.759,20	3.759,20	-	-	4.022,40	4.022,40	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente , descrever

a) termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro dos limites da lei, estatuto social, regulamentação aplicável e das diretrizes fixadas pelos acionistas, reunidos em Assembléia Geral. A outorga das opções de compra de ações aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração é realizada anualmente, por meio de Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações. Para cada Programa de Outorgas, o Conselho de Administração fixa, observados os critérios gerais do Plano, o número total de ações ordinárias a serem emitidas, os prazos para que a opção de subscrição das ações se torne exercível, o preço de subscrição de ações e o índice de correção do preço até a data do exercício da opção.

b) principais objetivos do plano

Estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas estabelecidas, incentivando os seus principais executivos.

c) forma como o plano contribui para esses objetivo

A remuneração lastreada em ações é uma forma de estimular o executivo beneficiário a agir no sentido de promover o aumento do seu valor como agente direto de seu resultado.

- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Como remuneração estratégica e variável, a longo prazo, apenas para o nível de Diretoria.

- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano foi desenvolvido de forma a alinhar interesses da administração aos dos acionistas ao estabelecer que parte da remuneração esteja atrelada ao desempenho do preço da ação no médio e longo prazo, e não somente baseada em indicadores de desempenho de curto prazo como a participação nos resultados. Concessões periódicas de opções de ações, exercíveis no longo prazo, com prazos mínimos de exercício e obrigatoriedade de manter uma parcela dos ganhos auferidos, investidas nas ações da companhia criam os incentivos necessários para estimular o foco no resultado de longo prazo e na geração de valor para os acionistas.

- f) número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções, não poderá ultrapassar a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 5% das ações de emissão da Companhia.

- g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. A quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de opções abrangidas pelo plano, não podendo ultrapassar a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 5% das ações de emissão da Companhia.

- h) condições de aquisição de ações

As opções concedidas somente poderão ser exercidas após o decurso de 01 ano da data de sua outorga, na proporção de, no máximo, 25% ao ano.

- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço será determinado pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos, obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa, e que não poderá ser inferior a média ponderada do preço por ação no mês antecedente a assinatura do Contrato de Adesão, com desconto de até 10%, sendo corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, da data em que for fixado até a data do efetivo pagamento.

- j) critérios para fixação do prazo do exercício

O exercício total das opções pelos beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo 4 anos a contar da data da assinatura do respectivo Contrato de Adesão.

- k) forma de liquidação

A aquisição das ações objeto da opção exercida deverá ser realizada mediante pagamento à vista.

- l) restrição à transferência das ações

Exercida a opção o Beneficiário se compromete de forma irrevogável e irretroatável, a manter em custódia em instituição financeira a ser indicada pela Companhia, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da aquisição, uma quantidade de ações cujo valor represente 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o valor de mercado das ações resultantes do exercício das opções, e o preço de exercício das opções, na data do exercício.

- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode expirar a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembléia acionistas da Companhia; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias da Companhia na bolsa de valores; (d) em virtude de reorganização societária da Companhia; ou (e) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, por ou sem justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito todas as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não sejam exercíveis. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia, por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data do desligamento, exercer as opções que já possam ser exercidas. Em caso de falecimento os direitos decorrentes de todas as suas opções exercíveis ou não, estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores pelo prazo adicional de 12 meses a contar da data do óbito. Em caso de aposentadoria do participante, por idade ou tempo de serviço, ou por invalidez permanente, e caso em razão desta ocorra o desligamento do Beneficiário da Companhia, as opções concedidas e exercíveis que ainda não tiverem sido exercidas poderão ser exercidas até o término de vigência da opção.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Consultivo, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social (*)

Órgão	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária
Quantidade Ações Emissor	12.261.383	509.004	2.093.163
Quantidade Ações Controladores Diretos e Indiretos	1.719.559	25.794	134.142
Quantidade Ações Controladas	-	-	-

(*) Conselho Fiscal não instalado no exercício de 2010

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (*) (**)

	Ano	2008	2009	2010	2011
	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	-
	Nº Membros	6	7	7	-
Em Relação a Cada Outorga de Opções de Compra de Ações	Data da Entrega	29/5/2008	28/5/2009	17/6/2010	-
	Quantidade de Opções Outorgadas	532.000	304.048	184.000	-
	Prazo para que as Opções se Tornem Exercíveis	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os % p/ o final do período.	-
	Saldo Opções Pós Desdobramento	711.000	684.108	552.000	-
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	29/5/2015	28/5/2016	17/6/2017	-
	Prazo de Restrição às Transferência das Ações	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	-
Preço Médio Ponderado de Exercício de Cada um dos Seguintes Grupos de Opções	Em Aberto no Início do Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 9,89	R\$ 36,67	-
	Pós Desdobramento	R\$ 0,00	R\$ 3,30	R\$ 12,22	-
	Perdidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 10,06	R\$ 0,00	-
	Pós Desdobramento	R\$ 0,00	R\$ 3,35	R\$ 0,00	-
	Exercidas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 1.053.805,00	R\$ 2.018.926,08	-
	Pós Desdobramento	R\$ 0,00	R\$ 351.268,33	R\$ 672.975,36	-
	Expiradas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
	Valor Justo das Opções na Data de Outorga	R\$ 5,76	R\$ 8,29	R\$ 24,78	-
	Pós Desdobramento	R\$ 1,92	R\$ 2,76	R\$ 8,26	-
	Diluição Potencial em Caso de Exercício de Todas as Opções Outorgadas	0,87%	1,44%	0,81%	-
	Pós Desdobramento	0,87%	1,44%	0,81%	-

(*) O conselho de Administração não participa do Plano.

(**) As opções em relação ao exercício de 2011 ainda não foram objeto de outorga.

13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo (*)

	Órgão	Diretoria Estatutária		
	Nº Membros	7		
Em Relação às Opções Ainda Não Exercíveis	Quantidade	1.947.108, na proporção de 25% em cada ano.		
	Data em que se Tornarão Exercíveis	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga
		29/05/2009	28/5/2010	29/05/2011
		29/05/2010	28/5/2011	29/05/2012
		29/05/2011	28/5/2012	29/05/2013
		29/05/2012	28/5/2013	29/05/2014
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	29/5/2015	28/5/2016	27/05/2017
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido		
Preço Médio Ponderado do Exercício	5,80			
Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social	R\$ 11.293.226,40			
Em Relação às Opções Exercíveis	Quantidade	0		
	Prazo Máximo para Exercício das Opções.	-		
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	-		
	Preço Médio Ponderado de Exercício.	-		
	Preço Médio Ponderado do Exercício Pós Desdobramento	-		
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social.	-		
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social Pós Desdobramento	-		
	Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social.	-		
	Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social Pós Desdobramento	-		

(*) O Conselho de Administração não participa do Plano.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais (*)

Ano	2008	2009	2010	
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	
Nº Membros	-	7	7	
Em Relação às Opções Exercidas	Nº de Ações	-	102.000	211.012
	Nº de Ações Pós Desdobramento	-	306.000	633.036
	Preço Médio Ponderado de Exercício	-	R\$ 10,33	R\$ 9,57
	Preço Médio Ponderado de Exercício Pós Desdobramento	-	R\$ 3,44	R\$ 3,17
	Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas	-	R\$ 1.940.040,00	-
	Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas Pós Desdobramento	-	R\$ 646.680,00	R\$ 15.085.247,88
Em Relação às Ações Entregues	Nº de Ações	-	102.000	211.012
	Nº de Ações Pós Desdobramento	-	306.000	633.036
	Preço Médio Ponderado de Aquisição	-	(**)	(**)
	Preço Médio Ponderado de Aquisição Pós Desdobramento	-	-	-
	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas	-	(**)	(**)
	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas Pós Desdobramento	-	(**)	-

(*) O Conselho de Administração não participa do Plano

(**) As ações foram objeto de emissão e não de aquisição

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

- a) modelo de precificação
Método Black & Scholes

- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	<u>1º Programa</u>	<u>2º Programa</u>	<u>3º Programa</u>	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	RS/ação
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	RS/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	
Dívidendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	a.a.
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	a.a.
Prazo total	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	RS/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	R\$ mil

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa e 27 de maio de 2010 para o 3º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,424 por ação para o 1º programa, R\$ 11,040 por ação para o 2º programa e R\$ 41,50 para o 3º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008, para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e 27 de maio de 2010 para o 3º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 à 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e do período de 28 de maio de 2009 à 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do serviço Bloomberg e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) Órgão	2010		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros*	6	7	13
c) Nome do Plano	Heringprev		
d) Quantidade de administradores com condições para se aposentar	-	3	3
e) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante será elegível a uma Aposentadoria Antecipada quando preencher as seguintes condições: 55 anos de idade; mínimo de 10 anos creditado; elegibilidade a uma Aposentadoria pela Previdência Social.		
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência**	-	3.907.255,36	3.907.255,36
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas***	-	171.414,21	171.414,21
h) Possibilidade de resgate antecipado?	Não		
Condições	n.a.		

(*) Nr. de membros ao final do exercício

(**) Até o encerramento do exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

(***) Durante o exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

a) Órgão	2008				2009				2010			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária'	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	6,00	3,00	5,00	14,00	5,64	5,37	6,86	17,86	6,00	5,00	7,00	18,00
c) Valor da maior remuneração individual*	202.638,65	101.369,73	2.161.382,95	880.489,70	474.853,93	217.601,73	2.890.357,44	1.324.608,18	850.293,12	229.969,02	3.258.193,27	1.614.386,49
d) Valor da menor remuneração individual	98.608,05	98.608,05	729.639,09	323.976,28	116.870,50	105.781,50	1.064.282,16	477.140,04	129.162,68	111.751,52	1.013.466,96	468.222,36
e) Valor médio de remuneração individual	119.176,55	100.449,17	1.265.511,42	524.568,85	178.677,56	129.035,56	1.188.821,16	551.441,76	249.351,09	138.083,98	1.372.206,20	655.109,44

(*) Em 2009, no caso do Conselho de Administração, o membro exerceu a atividade por 7 meses

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentuais da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Consultivo, que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável.

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo e da Diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupem, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestada, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

R\$ Órgão	2008				2009				2010			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda												
Número de membros	-	-	3	3	-	-	2,00	2,00	-	-	2,0	2,0
Pro-labore	-	-	14.730,00	14.730,00	-	-	11.060,00	11.060,00	-	-	12.240,00	12.240,00
Textil Santa Catarina Ltda												
Número de membros			1,00	1,00			1,00	1,00			1,00	1,00
Pro-labore			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante:

Não há outras informações a comentar que a Companhia julgue relevante.